

O NACIONALISMO EM BOLÍVAR E MARTÍ

MÔNICA DIAS MARTINS*
MANUEL DOMINGOS NETO**

RESUMO

Nesse texto analisamos os fundamentos da pregação "nacionalista" de duas personagens referenciais nas lutas pela Independência da América Latina: Simon Bolívar, líder das guerras pela independência da Grã-Colômbia, e José Martí, consagrado como "pai da pátria" em Cuba. Interessa-nos observar suas percepções acerca do Novo Mundo e de seu lugar no sistema internacional. Assim, colocamos em relevo suas interpretações das sociedades que emergiram do sistema colonial, suas opções políticas e suas expectativas sobre o futuro das nações que ajudaram a construir no tocante à integração continental.

PALAVRAS-CHAVE: pensamento político, nação, América Latina, Bolívar, Martí.

ABSTRACT

In this paper we analyze the nationalist preaching of key actors in the process of Latin America Independence: Simon Bolívar, leader of Gran-Colombia liberation, and José Martí, considered the "founding father of the Cuban Nation". Our interest is to examine their perceptions of the New World and the role of America in the international system. So, we begin highlighting their interpretations of the societies that emerged from the colonial experience, their political options and their expectations on the future of the nations they helped to construct regarding the continental integration

KEYWORDS: political thought, nation, Latin America, Bolívar, Martí.

Vento Bravo¹

Era argola, ferro, chibata e pau
Era a morte, o medo, o rancor e o mal
Era a lei da Coroa Imperial
Calmaria negra de pantanal
Mas o tempo muda e do temporal
Surge o vento bravo, o vento bravo

Como um sangue novo
Como um grito no ar
Correnteza de rio
Que não vai se acalmar
Se acalmar
Vento virador no clarão do mar

Vem sem raça e cor, quem viver verá
Vindo a viração vai se anunciar
Na sua voragem, quem vai ficar
Quando a palma verde se avermelhar
É o vento bravo
O vento bravo

No início dos anos 1970, período mais sinistro da ditadura militar brasileira (1964-1985), o poeta saúda o vento anunciador das liberdades. Canta a insurgência da natureza contra o suplício e a opressão. À calmaria, segue o temporal que tudo transforma; um sangue novo inaugura um novo tempo. As imagens remetem ao fim da tirania colonial sobre nativos e africanos no Novo Mundo, mas os recados são atemporais: a liberdade é objeto de luta permanente; não há mudança profunda sem doloroso ajuste de contas; turbulências são inerentes aos que, construindo nações livres, buscam agasalho e futuro promissor.

Estamos entre os que acreditam que as comunidades identificadas como “nacionais” emergem no século XIX e se firmam no século XX, não obstante as rebuscadas e insistentes tentativas de remessas às suas ancestralidades longínquas. Rejeitamos a ideia de que tais comunidades sejam invenção europeia. Acompanhamos Benedict Anderson, que

assinalou a “precocidade” das manifestações ditas nacionais nas Américas, desenvolvidas paralelamente à ruptura dos pactos coloniais e à propagação do sonho republicano.² Nessas bandas, as percepções de liberdade, igualdade e direito dos povos seriam precocemente conjugadas com as de soberania na construção de Estados legitimados por nacionalidades.

Entidades-chaves da ordem internacional, sempre sob suspeição, malgrado sua constante proeminência, elas são reafirmadas durante e após as duas guerras mundiais, mas, nas Américas, estavam desenhadas desde a ventania anticolonial. Veleidades de independência e soberania vingaram quando grande parte de um imenso e pouco habitado território ainda estava às margens do sistema capitalista. Consistiam naquilo que Camões designava, no alvorecer da modernidade, como “desertões” (de onde derivou o termo “sertões”), porém eram valorizados como espaço de reserva para a expansão de mercados.

Neste artigo, analisamos os fundamentos da pregação nacionalista de dois vultos emblemáticos das lutas de libertação das ex-colônias na América hispânica: Simon Bolívar (1783-1830), líder militar e político da independência da Grã-Colômbia, república que durou pouco mais de uma década, 1819 a 1830, abrangendo os territórios atuais de Equador, Colômbia, Panamá e Venezuela; José Martí (1853-1895), intelectual e dirigente político apontado como o “pai da pátria” em Cuba, uma das derradeiras possessões espanholas nas Américas e exemplo de resistência anti-imperialista desde seu surgimento como nação independente, no final do século XIX.

As obras desses líderes sacralizados pelos movimentos libertários persistem inspirando a cena política latino-americana e, a nosso ver, ajudam a compreender as dinâmicas multifacetárias relativas à construção das nacionalidades no Continente.

Muito já foi dito sobre os papéis de Bolívar e Martí, presenças indefectíveis no panteão dos “Libertadores”. Não obstante, as análises quase sempre foram calcadas em simplificações da entidade nacional, que centralizou suas atenções, e em premissas, conceitos, valores e procedimentos que refletem o modo de ver dos que exercem a hegemonia mundial desde as grandes navegações. Os latino-americanos, a rigor, persistem avaliando suas próprias vivências históricas pelo prisma dos dominadores.³

No Observatório das Nacionalidades, entendemos essa entidade abstrata designada “nação” como resultante dos intercâmbios globais.⁴ Em outras palavras, trata-se de uma construção impensável sem a expansão capitalista que impôs a regiões distantes e diferentes povos um paradigma civilizador. Recusamos, portanto, a ideia de que a comunidade-padrão do sistema internacional, em vigor no século XXI, resulte de desenvolvimentos naturais, fatores endógenos, impulsos de indivíduos clarividentes ou da vontade do Estado.⁵

A nação se consolida quando os avanços tecnológicos permitem a comunicação de massa em escala absolutamente nova, capazes de nutrir a autopercepção de seus integrantes e de garantir o reconhecimento externo. Nações são engendradas em processos complexos e de longa duração do qual participam incontáveis atores. O estudo das nacionalidades não pode ser limitado por análises fragmentárias e de natureza conjuntural; requer, desde múltiplas perspectivas disciplinares, a compreensão de mudanças estruturais de longo curso. No mais, como assinalou Anderson, as nações, como as estrelas, estão em permanente movimento e podem ser percebidas de diferentes ângulos.⁶

É bem divulgada a absorção, pelos libertadores, dos princípios iluministas e federalistas. Contudo uma das ideias caras ao federalismo, o equilíbrio entre a noção de vontade unitária e a necessidade de descentralização, estava presente nas tradições transmitidas oralmente

pela Confederação dos Iroqueses ou das “Seis Nações”, conforme os que estudaram as influências nativas sobre o sistema de governo criado após a Independência das 13 colônias britânicas.⁷ Embora polêmica, a contribuição dos povos indígenas à Constituição dos EUA foi observada, já em meados do século XIX, por Lewis Henry Morgan e reconhecida pelo Congresso Nacional, em Resolução de 1988.

Não há motivos para supor que em outros espaços do vasto continente, outras tradições não tenham, de alguma forma, deixado traços no corpo de ideias caracterizador de estruturas e práticas políticas. Mas, essa é uma temática a ser explorada na medida em que as ciências sociais, na América Latina, consigam se desprejar dos fundamentos ditados pelo ocidentalismo anglo-saxão.

Interessa-nos aqui verificar as percepções de Bolívar e Martí acerca dos povos do Novo Mundo e do lugar da América no sistema internacional em formação. Neste intuito, examinamos inicialmente suas interpretações da experiência colonial e das sociedades nascentes, enfatizando os problemas advindos do trabalho escravo e da convivência entre diferentes etnias. A seguir, assinalamos suas opções políticas e propostas de ação governamental bem como discutimos suas expectativas quanto ao futuro das nações pelas quais lutaram e suas antevisões da integração continental.

Após quase dois séculos da independência política, comunidades nacionais de portes variados, assumindo propósitos comuns, outorgam-se o direito de traçar seus próprios rumos, abrem novas possibilidades de desenvolvimento e pavimentam o caminho para assegurar respeito internacional e soberania. No momento em que se configuram novas hegemonias e se alteram os próprios tecidos das nacionalidades latino-americanas, acentua-se o anseio de superação da mentalidade colonial cultivada pelas elites políticas, militares e acadêmicas. As massas

populares, longamente afetadas por óticas enviesadas, revelam nova disposição e pressionam em favor de perspectiva histórica diferenciada.

Essa análise do pensamento nacional de Bolívar e Martí tem por base uma seleção de seus escritos políticos.⁸ Observamos, não obstante, o conjunto de suas obras bem como as diferentes circunstâncias vividas pelos dois líderes.

Mais de setenta anos separam as vidas destes *crioulos*. Ao contrário de Martí, Bolívar não detinha notícias de processos e acontecimentos determinantes na configuração das relações políticas de seu tempo, como a emergência do movimento socialista, a explosão da primavera dos povos, a extinção formal da escravidão nas Américas e a ascensão da Alemanha como potência industrial, que tantos riscos levariam às potências tradicionais e imprimiriam novas lógicas na reflexão geopolítica. No campo das ideias, Martí distanciar-se-ia de Bolívar pelo simples fato de ser contemporâneo de descobertas retumbantes, como as do evolucionismo e as do inconsciente. A sua sensibilidade não é, portanto, a de quem ainda assimilava os desdobramentos da Revolução Francesa.

Não pretendemos abarcar os numerosos aspectos das intervenções desses personagens na construção de nacionalidades, mas destacar elementos passíveis de permitir um olhar menos tradicional sobre tal processo nas Américas. Procuramos, simultaneamente, nos afastar da perspectiva eurocêntrica e evitar as mitificações dos *libertadores*.

Experiência colonial e as sociedades em formação

As percepções de Bolívar e Martí sobre as sociedades e a vida política no Novo Mundo são influenciadas, em grande parte, por suas distintas visões da história. Obviamente, os dois tiveram uma formação intelectual bem diferenciada. Ambos se tornaram antológicos, mas

Bolívar era, essencialmente, um crioulo rico, um político e chefe militar com acentuado instinto estratégico; Martí se credenciou como um audaz pensador social e artista da palavra.

Bolívar considerava a independência como o marco divisório entre o tempo das “trevas, servidão, submissão” e o tempo da “luz, soberania, liberdade”; Martí decompõe a história Hispano-Americana em períodos distintos: o primeiro, original e autóctone, teria como referência as civilizações pré-colombianas; o segundo corresponderia aos quatro séculos de colonização (percebidos como tragédia que se abateu sobre o Continente interrompendo a evolução natural dos povos americanos); o terceiro começaria com as lutas pela independência, sendo a libertação das Antilhas seu desfecho.

Bolívar elabora uma polarização que ajuda não apenas a ressaltar sua figura como libertador, mas a “religião patriótica”, base da comunidade de sentimento dita nacional. Já a visão martiniana realça certa “continuidade histórica”, exaltando a complexidade das organizações sociais e a riqueza cultural dos autóctones. Martí aproximava-se do romantismo ao valorizar atributos dos nativos. E, ao imaginar que, após a Independência, suas culturas seriam “restauradas” ou “resgatadas”, antecede os modernistas do início do século XX, plenamente atentos na “preservação do patrimônio histórico”.

A despeito da precariedade de informações sobre a realidade americana, tanto um como o outro se revelariam argutos observadores e intrometidos desafiadores do pensamento dominante. Ao tempo em que a intelectualidade latino-americana, com destaque para a brasileira, creditava à miscigenação atributos degenerativos, ambos a entendiam como marca da originalidade hispano-americana. Martí, cronologicamente próximo de Euclides da Cunha, que pintou em cores fortes a miscigenação como catastrófica, via de forma positiva a “mistura

de raças”. O “pueblo nuevo” teria sua identidade forjada no embate, misto de amor e ódio, entre colonizadores e colonizados.

No início do século XIX, o turbilhão das guerras de independência na América Latina fez com que novas percepções se impusessem aceleradamente. Se o *Manifiesto de Cartagena* (1812) é escrito por um “caraquenho” para explicar o fracasso da Primeira República da Venezuela, poucos anos depois, as *Cartas da Jamaica* (1815), publicada na *Gazeta Real*, em Kingston, é a resposta de um “americano” sensibilizado pelo interesse de um cavalheiro estrangeiro no destino de “minha pátria”, a América!⁹ Bolívar, que revelava elevado senso de propriedade privada e conhecia o preço da mobilização, manutenção e equipamento dos combatentes, pinta com tintas fortes o extermínio dos nativos e a situação de lavradores, pastores, nômades, perdidos em bosques e planícies, isolados entre lagos e rios, mas ao alcance do braço da Coroa que impusera tributos aos indígenas, penalizara escravos, cobrara dívidas aos lavradores e privara de existência política e da administração dos negócios públicos os crioulos brancos. O interesse pela identificação de propósitos de sua coletividade é evidente:

[...]no somos indios, ni europeos, sino una especie mezcla entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles; en suma, siendo nosotros americanos por nacimiento, y nuestros derechos los de Europa, tenemos que disputar a éstos a los del país, y que mantenernos en él contra la invasión de los invasores; así nos hallemos en el caso más extraordinario y complicado.¹⁰

O “caso extraordinário” é o enigma que cerca a ideia de nação, construída de permanentes encontros e desencontros entre “nós”, os naturais, e os “outros”, os estrangeiros interessados nas riquezas da terra. Inúmeros aspectos contribuem para a afirmação de uma nacionalidade. Bolívar destacava o domínio do território, a defesa da “terra natal” e o reconhecimento de direitos de uma sociedade acentuadamente mesclada do ponto de vista étnico.

Martí retoma a noção de identidade mestiça e incrimina a civilização europeia, devastadora da “alma própria” das sociedades coloniais, ao escrever, na Guatemala, em 1877:

se creó con el advenimiento de los europeos un pueblo extraño, no español, porque la savia nueva rechaza el cuerpo viejo; no indígena, porque se ha sufrido la injerencia de una civilización devastadora, dos palabras que, siendo un antagonismo, constituyen un proceso; se creó un pueblo mestizo en la forma, que con la reconquista de su libertad, desenvuelve y restaura su alma propia.¹¹

A idealização do “pueblo nuevo” reaparece em *Nuestra América*, quando Martí afirma categórico: “El mestizo autóctono ha vencido al criollo exótico” e “Con los pies en el rosario, la cabeza blanca y el cuerpo pinto de indio y criollo, venimos, denodados, al mundo de las naciones”. Nesta passagem, Martí acentua a participação “dos debaixo” na construção da nova comunidade. O índio estava mudo, o escravo vigiado, o camponês cego; a suposta identidade americana não passava de um espectro, uma reunião de fragmentos. Não obstante, Martí pretendia restaurá-la!

Éramos una máscara, con los calzones de Inglaterra, el chaleco parisiense, el chaquetón de Norteamérica y la montera de España. El indio, mudo, nos daba vueltas alrededor, y se iba al monte, a la cumbre del monte, a bautizar a sus hijos. El negro, oteado, cantaba en la noche la música de su corazón, solo y desconocido, entre las olas y las fieras. El campesino, el creador, se revolvía, ciego de indignación, contra la ciudad desdeñosa, contra su criatura. ... Nos quedó el oidor, y el general, y el letrado, y el prebendado.¹²

Bolívar também assinala a heterogeneidade da nação emergente, mas ressalta, na *Carta ao Editor da Gazeta Real da Jamaica*, a natureza pacífica e acomodada da população americana, cuja maioria é composta por indígenas, africanos e “raças” mescladas, “sem aspirações” (ou sem o espírito da competitividade capitalista), sendo a menor parte de brancos crioulos e peninsulares a quem atribui “qualidades intelectuais”. Quatro

anos mais tarde, seu pronunciamento perante o Congresso de Angostura não deixa dúvidas quanto à sua percepção acerca do povo do Novo Mundo:

[...]nuestro pueblo... más bien es un compuesto de África y de América, que una emanación de Europa, pues que hasta España misma, deja de ser Europa por su sangre africana, por sus instituciones y por su carácter. Es imposible asignar con propiedad a qué familia humana pertenecemos. La mayor parte del indígena se ha aniquilado, el europeo se ha mezclado con el americano y con el africano, y éste se ha mezclado con el indio y con el europeo.¹³

Ciente das ameaças à independência provocadas por atitudes adversas da “gente de cor” em relação aos brancos crioulos, Bolívar incorporava índios e mestiços ao Exército “patriota”. Na fase da guerra posterior a 1817, havia necessidade de maiores contingentes para controlar a bacia do Orenoco, ocupada por pescadores, caçadores e pastores, o que facilitaria a integração das forças republicanas e a comunicação com o exterior.

Assim, os objetivos estratégicos da campanha militar coincidem com os postulados de teor igualitários da Constituição de 1811, a qual preconizava o reconhecimento de direitos dos estratos “mais baixos” e a libertação dos escravos.¹⁴ Embora importantes, os ideais de liberdade e igualdade não eram a única inspiração da Lei; na segunda metade do século XVIII rebeliões populares como a dos “Comuneros”, de 1781, liderada pelo mestiço José Antonio de Galán, e a dos negros em Coro, em 1795, revelavam a natureza explosiva da sociedade heterogênea erigida sob a batuta do colonizador.¹⁵

Para os *Libertadores*, as sociedades da América Hispânica seriam forjadas na tensão de sentimentos contraditórios relativamente aos “espanhóis europeus”. Esses sentimentos contaminavam todas as camadas sociais, “quaisquer que sejam sua cor e condição”, conclui Bolívar em carta indignada ao editor da *Gazeta Real da Jamaica*.

Observando a diferença entre o destino dos reis espanhóis, “tratados com dignidade”, e dos dignitários ameríndios, que “sofrem tormentos inauditos e os vilipêndios mais vergonhosos”, bem como a agitação nas províncias, do Rio da Prata à Nova Granada, Bolívar discorre sobre os elementos herdados da metrópole, agora transformada em inimiga:

[...]lo que antes las enlazaba ya las divide; más grande es el odio que nos ha inspirado la Península que el mar que nos separa de ella; menos difícil es unir los dos continentes, que reconciliar los espíritus de ambos países. El hábito a la obediencia; un comercio de intereses, de luces, de religión; una recíproca benevolencia; una tierna solicitud por la cuna y la gloria de nuestros padres; en fin, todo lo que formaba nuestra esperanza nos venía de España. De aquí nacía un principio de adhesión que parecía eterno; no obstante que la inconducta de nuestros dominadores relajaba esta simpatía; o, por mejor decir, este apego forzado por el imperio de la dominación. Al presente sucede lo contrario; la muerte, el deshonor, cuanto es nocivo, nos amenaza y tememos: todo lo sufrimos de esa desnaturalizada madrastra. El velo se ha rasgado y hemos visto la luz y se nos quiere volver a las tinieblas: se han roto las cadenas; ya hemos sido libres, y nuestros enemigos pretenden de nuevo esclavizarnos.¹⁶

Mais de setenta anos depois, Martí ponderaria: “Se probó el odio, y los países venían cada año a menos. Cansados del odio inútil (...) se empieza a probar el amor”. Ainda no mesmo ensaio, *Nuestra América*, rico de metáforas, diria que “No hay odio de razas, porque no hay razas”. O que significa tal recurso literário? A negação da realidade cubana de sua época? Martí usava seguidamente a palavra raça para designar os índios e os negros, notadamente no *Manifiesto de Montecristi*, no qual alerta para o temor infundado, mas disseminado pelo regime corruptor da Espanha, de uma revolução dos africanos. A guerra “no es contra el español, que, en el seguro de sus hijos y en el acatamiento a la patria que se ganen podrá gozar respetado, y aún amado, de la libertad que sólo arrollará a los que le salgan, imprevisores, al camino”. Todo espanhol “neutro” e “honrado”, deveria ser respeitado durante e após a guerra. Evidentemente, as provas de neutralidade e de honra seriam aferidas pelo posicionamento prático dos estrangeiros frente ao antagonismo criado.

O Partido Revolucionário Cubano proclamaria, diante da pátria, “su limpieza de todo odio” e, por amor a ela, sua inimizade àquele que a oprime. O apelo para que os espanhóis convivam harmonicamente com os cubanos, como pais e filhos, tem um desfecho esperado: “la guerra sin trégua, confesa o disimulada, o la paz definitiva, que jamás se conseguira em Cuba sino con la independência”.

Obviamente, a expulsão do invasor não concluiria a obra de firmar um Estado nacional. O rompimento com a antiga metrópole implicava em estruturar instituições, códigos, sistema de governo, enfim, um sistema administrativo e projetar força para obter o reconhecimento dos centros de poder mundial. A instauração de uma nova ordem política após a derrota do colonizador exigia estabilidade interna na recém-criada república e a aliança continental para defesa e destino comuns. A busca de convivência com os estrangeiros nada tinha a ver com concessões à soberania.

Instituições políticas e sistema de governo

As entidades políticas formadas no Novo Mundo, no período compreendido entre 1776 e 1838, são pioneiras ao se definirem como república, à exceção do Brasil, e constituem os primeiros Estados nacionais a surgir na cena mundial. No entanto, os interesses econômicos ou os valores liberais parecem insuficientes, *em si mesmos*, para explicar a construção desse *tipo*, ou forma, de comunidade imaginada, que passa a fornecer o modelo do que seria uma nação.¹⁷

O que os *Libertadores* pensavam acerca das relações entre estes Estados nascentes e suas sociedades transformadas pelas guerras de independência? Povos mestiços ofereceriam base estável para criar novas instituições políticas assentadas nos princípios da justiça, liberdade e igualdade?

Nessa época, a maioria dos povos é governada por monarquias e o sistema espanhol restringe o acesso dos americanos a cargos da administração – “conducta que, además de privarnos de los derechos que nos correspondían, nos dejaba en una especie de infancia permanente, con respecto a las transacciones públicas” –, além de limitar as atividades produtivas e as comunicações entre as províncias, conforme observa Bolívar:

[...] tales son las prohibiciones del cultivo de frutos de Europa, el estanco de las producciones que el rey monopoliza, el impedimento de las fábricas que la misma Península no posee, los privilegios exclusivos del comercio hasta de los objetos de primera necesidad; las trabas entre provincias y provincias americanas para que no se traten, entiendan, ni negocien; en fin, ¿quiere usted saber cuál era nuestro destino? Los campos para cultivar el añil, la grana, el café, la caña, el cacao y el algodón; las llanuras solitarias para criar ganados, los desiertos para cazar las bestias feroces, las entrañas de la tierra para excavar el oro que no puede saciar a esa nación avarienta.¹⁸

Vem da primeira república negra, o Haiti, o apoio esperado das “naciones cultas” e das “hermanas del Norte”, que, porém, permanecem “inmóviles espectadores de esta contienda”; o Presidente Alejandro Petión acolhe fugitivos venezuelanos e fornece navios, armamentos e dinheiro para as campanhas lideradas por Bolívar. Em 1817, ocupa Angostura, hoje Ciudad Bolívar, onde instala seu quartel general e é nomeado “ditador-chefe supremo da República”. A atenção do General volta-se para a institucionalização política da Terceira República Venezuelana, o que exige tanto fundar um governo constitucional, garantidor dos “direitos da humanidade”, quanto seu reconhecimento internacional como Estado. Dois anos depois, Bolívar convoca o Congresso de Angostura.

Seu discurso preconiza a revisão da Constituição de 1811, que adotou as juntas populares e um governo federal com equilíbrio de poderes, além de instituir leis em favor das liberdades civis. No entanto,

a experiência provou que “las instituciones perfectamente representativas no son adecuadas a nuestro carácter, costumbres y luces actuales” e “Los Estados americanos han menester de los cuidados de gobiernos paternales que curen las llagas y las heridas del despotismo y la guerra.” E, conclui, relatando as inconveniências do federalismo e da monarquia, temas constantes nos seus escritos:

No convengo en el sistema federal entre los populares y representativos, por ser demasiado perfecto y exigir virtudes y talentos políticos muy superiores a los nuestros; por igual razón rehúso la monarquía mixta de aristocracia y democracia que tanta fortuna y esplendor ha procurado a Inglaterra. No siéndonos posible lograr entre las repúblicas y monarquías lo más perfecto y acabado, evitemos caer en anarquías demagógicas, o en tiranías monócratas.¹⁹

Mas, o que busca Bolívar? Em suas próprias palavras: “la soberanía del pueblo, la división de los poderes, la libertad civil, la proscripción de la esclavitud, la abolición de la monarquía y de los privilegios.” Ao discursar ante o Congresso Constituinte da Grã-Colômbia atribui a homens esclarecidos a competência de “la creación de un cuerpo político y aun se podría decir la creación de un sociedad entera”. Um povo imaturo, mestiço e condenado à “ignorância, tirania e vício” seria incapaz de fundar o Estado, este sim, esteio da nova sociedade. Reticamente, indaga “Em Atenas não havia quatro vezes mais escravos do que cidadãos?” para de imediato responder que mais temível é a indiferença das “nações cultas” que o estabelecimento de um governo republicano com “os miseráveis trabalhadores da América”.

Para Bolívar, “El sistema de gobierno más perfecto es aquel que produce mayor suma de felicidad posible, mayor suma de seguridad social y mayor suma de estabilidad política”. Diz que não almeja reproduzir nem os exemplos da história antiga nem a forma de governo dos Estados Unidos, que exerce grande atração no sul da América, nem a da Inglaterra, embora esta seja elogiada ao longo de seu pronunciamento,

e alerta:

Que no se pierdan, pues, las lecciones de la experiencia; y que las secuelas de Grecia, de Roma, de Francia, de Inglaterra y de América nos instruyan en la difícil ciencia de crear y conservar las naciones con leyes propias, justas, legítimas, y sobre todo útiles. No olvidando jamás que la excelencia de un gobierno no consiste en su teórica, en su forma, ni en su mecanismo, sino en ser apropiado a la naturaleza y al carácter de la nación para quien se instituye.²⁰

Bolívar expõe em forma de pergunta os elementos que considera necessários à instituição de um bom governo e de leis adaptadas à realidade da população:

¿Que las leyes deben ser relativas a lo físico del país, al clima, a la calidad del terreno, a su situación, a su extensión, al género de vida de los pueblos? ¿Referirse al grado de libertad que la Constitución puede sufrir, a la religión de los habitantes, a sus inclinaciones, a sus riquezas, a su número, a su comercio, a sus costumbres, a sus modales? ¡He aquí el Código que debíamos consultar, y no el de Washington!²¹

Martí também acredita que a organização da nova sociedade deva respeitar as especificidades do caráter americano e não reproduzir os “males coloniais”, responsáveis pela desigualdade social, dominação estrangeira e política oligárquica existentes nas repúblicas hispano-americanas surgidas no início do século XIX. “La colonia continuó viviendo en la república”, diz o escritor, em *Nuestra América*, o que não lhe impede de reconhecer as nações como novidade, como algo avançado e denso:

¿en qué patria puede tener un hombre más orgullo que en nuestras repúblicas dolorosas de América, levantadas entre las masas mudas de indios, al ruido de pelea del libro con el crial, sobre los brazos sangrientos de un centenar de apóstoles? De factores tan descompuestos, jamás, en menos tiempo histórico, se han creado naciones tan adelantadas y compactas.²²

Invertendo o pensamento bolivariano acerca da ligação Estado-

sociedade, Martí defende que as sociedades americanas em formação, embora enfrentando desafios derivados do trabalho escravo e da assimilação indígena, são capazes de criar novas instituições e um governo, cujo espírito e forma, estejam ajustados ao país real e não importadas: “El buen gobernante en América no es el que sabe cómo se gobierna el alemán o el francés, sino el que sabe con qué elementos está hecho el país”. A frase a seguir adiciona certa ambiguidade ao entendimento de que os “debaixo” também são construtores da nacionalidade: “Gobernante, en un pueblo nuevo, quiere decir creador”.²³ Criador do que? Da nova nação? Afinal, quem seria o sujeito da representação da comunidade nacional?

Em se tratando da nação, nada é simples como pode parecer. Há razões para crer que a assertiva do intelectual cubano se prende ao fato de que o partido revolucionário que fundou e dirigiu seria o grande ator social que lideraria “as massas mudas e os braços ensanguentados” durante a última guerra de independência na Hispano-América. Esta guerra, diz Martí, é produto da decisão de homens disciplinados (partido) e da união de cubanos das mais diversas origens (sociedade). Na guerra, não há motivo de júbilo nem de heroísmo irrefletido; a revolução “mira las responsabilidades que deben preocupar a los fundadores de pueblos”. Mas, se à frente do Partido Revolucionário ele acreditava que seu *Manifiesto de Montecristi* seria amplamente difundido para o povo de Cuba, estava sendo ingênuo.

Martí exalta as capacidades dos cubanos, cultivadas na Guerra dos Dez Anos (1868-1878), que conquistou a libertação dos escravos, e no aprendizado dos erros cometidos por outras repúblicas, o que possibilita “prácticas modernas del gobierno y el trabajo”. Num arroubo nacionalista alega que as causas dos transtornos dos povos americanos não são problemas da sociedade cubana a qual está plenamente preparada para construir sua nação, com seus guerreiros, pensadores,

artesãos, camponeses, que “de las diferencias de la esclavitud pasaron a la hermandad del sacrificio”. O âmago das páginas inflamadas encontra-se na citação abaixo:

Cuba vuelve a la guerra con un pueblo democrático y culto, conocedor celoso de su derecho y del ajeno; o de cultura mucho mayor, en lo más humilde de él, que las masas llaneras o indias con que, a la voz de los héroes primados de la emancipación, se mudaron de hatos en naciones las silenciosas colonias de América; y en el crucero del mundo, al servicio de la guerra, y a la fundación de la nacionalidad le vienen a Cuba, del trabajo creador y conservador en los pueblos más hábiles del orbe, [los] y del propio esfuerzo en la persecución y miseria del país, los hijos lúcidos, magnates o siervos, que de la época primera de acomodo, ya vencida, entre los componentes heterogéneos de la nación cubana, salieron a preparar, o—en la misma Isla continuaron preparando, con su propio perfeccionamiento, el de la nacionalidad a que concurren hoy con la firmeza de sus personas laboriosas, y el seguro de su educación republicana.²⁴

É inegável a extraordinária importância atribuída pelos libertadores à educação. Para Martí, conhecer é resolver! O conhecimento voltado para a realidade do Continente se expressava no valor atribuído às ideias – “trincheras de ideas valen más que trincheras de piedra”-, aos livros – “el libro importado há sido vencido pelo hombre natural”-, às universidades - “donde se enseñe lo rudimentario del arte del gobierno, que es el análisis de los elementos peculiares de los pueblos de América -, aos jovens – “crear es la palabra de pase de esta generación.”²⁵

Bolívar tem no saber e no trabalho as duas alavancas para o desenvolvimento. “La educación popular debe ser el cuidado primogénito del amor paternal del Congreso. Moral y luces son los polos de una república; moral y luces son nuestras primeras necesidades.” Somente a educação das crianças e a instrução popular “purificarão” a República, pois nenhuma forma de governo é tão frágil quanto a democrática. De modo a dar solidez a suas instituições, propõe um governo cuja base seja o “espírito nacional” que modere a vontade geral e limite a autoridade pública. A palavra de ordem do estadista é “unidad,

unidad, unidad”. Assim, descontente com as consequências desastrosas do federalismo, roga à Assembleia Constituinte “que adoptéis el centralismo y la reunión de todos los Estados de Venezuela en una República sola e indivisible.”²⁶

Em seu Projeto de Constituição, Bolívar propõe eleições sucessivas e equilíbrio de poderes:

Abandonemos las formas federales que no nos convienen; abandonemos el triunvirato del Poder Ejecutivo; y concentrándolo en un presidente, confiémosle la autoridad suficiente para que logre mantenerse luchando contra los inconvenientes anexos a nuestra reciente situación, al estado de guerra que sufrimos, y a la especie de los enemigos externos y domésticos, contra quienes tendremos largo tiempo que combatir. Que el Poder Legislativo se desprenda de las atribuciones que corresponden al Ejecutivo; y adquiera no obstante nueva consistencia, nueva influencia en el equilibrio de las autoridades. Que los tribunales sean reforzados por la estabilidad, y la independencia de los jueces; por el establecimiento de jurados; de códigos civiles y criminales que no sean dictados por la antigüedad, ni por reyes conquistadores, sino por la voz de la naturaleza, por el grito de la justicia y por el genio de la sabiduría.²⁷

A novidade apresentada por Bolívar é o Senado vitalício, como base do poder legislativo. “Si el Senado en lugar de ser electivo fuese hereditario, sería en mi concepto la base, el lazo, el alma de nuestra República”. Mas quem formaria este suposto corpo neutro que “no ha de deber su origen a la elección del gobierno, ni a la del pueblo; de modo que goce de una plenitud de independencia que ni tema, ni espere nada de estas dos fuentes de autoridad”? Precisamente os libertadores da Venezuela, homens “virtuosos e desprendidos”, que merecem ocupar os mais altos cargos na República que criaram com heroicos sacrifícios. Mas, a honraria não é a única recompensa que os militares recebem pelos serviços à pátria: “Que el Congreso ordene la distribución de los bienes nacionales, conforme a la ley que a nombre de la República he decretado a beneficio de los militares venezolanos.”²⁸

O futuro dos povos e a integração continental

O destino comum das repúblicas criadas a partir da desintegração do sistema colonial hispano-americano pressupunha uma aliança para sua defesa e seu desenvolvimento. Unidade, integração, solidariedade continental garantiriam a sobrevivência dos Estados emergentes. Para Bolívar, a política exterior e os sistemas de defesa constituiriam as bases da integração da América Latina. Tratava-se de um sonho pleno de desafios. Operando no final do século XIX, Martí percebia que a expansão dos Estados Unidos representaria, ao mesmo tempo, uma ameaça e um estímulo à união continental.

A rigor, os *libertadores* defenderiam ser o destino de seus povos indissociável da unidade das repúblicas americanas. Seus escritos chamam atenção para a causa da liberdade no Novo Mundo e contém reflexões sobre a aliança dos Estados latino-americanos em vista da sobrevivência de todos. Assim, integração e solidariedade continental caminham lado a lado com os princípios de soberania e autodeterminação.

Bolívar afirma que a independência evitaria a anarquia doméstica, garantiria os estabelecimentos ultramarinos de comércio e, assim, favoreceria o equilíbrio mundial. No apoteótico final do *Discurso de Angostura*, ele imaginou a Grã Colômbia como “laço, centro e empório da família humana”, compartilhando tesouros e conhecimentos.

Apesar de reconhecer os muitos elementos comuns aos americanos, ligados por “um afeto fraternal recíproco”, Bolívar acreditava que a unidade seria uma tarefa de difícil concretização. Referindo-se confusamente tanto aos Estados quanto às nações, levanta a ideia de uma grande confederação e, simultaneamente, aponta sua impossibilidade sublinhando, inclusive, aspectos de teor geográfico:

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una

sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes dividen a la América.²⁹

Neste sentido, uma importante iniciativa seria a convocação e realização, em 1826, do Congresso Internacional Americano no Panamá. Esta assembleia interamericana deveria se constituir em esteio da política externa das repúblicas nascentes e de um grande exército para defesa mútua.

Setenta anos depois, quando os governantes do Continente ainda gerenciavam os estragos da Guerra de Secessão, da Guerra do Pacífico e da Guerra do Paraguai, entre outros conflitos, Martí publica na *Revista Ilustrada* de Nova Iorque e no *El Partido Liberal* da Cidade do México, em 1891, seu chamado à união das “repúblicas dolorosas” de *Nuestra América*. “Lo que quede de aldea en América ha de despertar!”

En pie, con los ojos alegres de los trabajadores, se saludan, de un pueblo a otro, los hombres nuevos americanos. Surgen los estadistas naturales del estudio directo de la Naturaleza. Leen para aplicar, pero no para copiar. Los economistas estudian la dificultad en sus orígenes. Los oradores empiezan a ser sobrios. Los dramaturgos traen los caracteres nativos a la escena. Las academias discuten temas viables. La poesía se corta la melena zorrillesca y cuelga del árbol glorioso el chaleco colorado. La prosa, centelleante y cernida, va cargada de idea. Los gobernadores, en las repúblicas de indios, aprenden indio.

Em fins do século XIX, o perigo maior da unidade continental sonhada por Martí é a expansão estadunidense para o Sul; os “hermanos del Norte”, como os chamava Bolívar, transformaram-se no “gigante de las siete leguas”. Com forte dose de ingenuidade, tomava o desdém do formidável vizinho, “el pueblo rubio”, como resultante de possível desconhecimento:

porque no habla nuestro idioma, ni ve la casa como nosotros la vemos, ni se nos parece en sus lacras políticas, que son diferentes de las nuestras; ni tiene en mucho a los hombres biliosos y trigueños, ni mira caritativo, desde su eminencia aún mal segura, a los que, con menos favor de la Historia, suben a tramos heroicos la vía de las repúblicas; ni se han de esconder los datos patentes del problema que puede resolverse, para la paz de los siglos, con el estudio oportuno y la unión tácita y urgente del alma continental.³⁰

Nesse ambiente de aspiração continental, urgia a defesa e a independência das Antilhas, cuja importância geopolítica era resumida por Martí como a de um “fiel da balança” entre as duas Américas e necessária para a ordem mundial. Sua análise é certamente orientada pela busca de argumentos para a defesa da independência de Cuba e de Porto Rico: “Si quiere libertad nuestra América, ayude a hacer libres Cuba e Puerto Rico”.

Em seu Manifesto de 1895, Martí refere-se a uma nação com “libertad del pensamiento, la equidade de las costumbres y la paz del trabajo”, que será, nos anos vindouros, o núcleo

donde se ha de cruzar, en [el] plazo de pocos años, el comercio de los continentes, es suceso de gran alcance humano, y servicio oportuno que el heroísmo juicioso de las Antillas presta a la firmeza y trato justo de las naciones americanas, y al equilibrio aun vacilante del mundo.

Não sem forte dose chauvinista, Martí pregava que a independência de Cuba conviria a dois propósitos: servir de modelo para as demais repúblicas latinas, com um governo enraizado nos problemas americanos, e barrar o imperialismo estadunidense, cuja expansão se daria pela porta antilhana.

O processo de libertação colonial das Antilhas ocorre na fase do capitalismo monopolista em que a Ilha dependia da economia dos Estados Unidos. Isso explica as inquietações de Martí ante o futuro de Cuba e a política exterior estadunidense. Ao fundar o Partido Revolucionário Cubano, ele e compatriotas exilados tinham em mente as

causas do malogro das tentativas anteriores de independência, sendo a pouca organização interna do movimento e a falta de apoio internacional decisivas. Assim, Martí busca ajuda para a causa independentista junto aos governos oligárquicos na Venezuela e no México, entre outros. Na sua pregação patriótica, a luta de libertação nacional estaria, portanto, vinculada às aspirações emancipatórias coletivas.

A contribuição dos anarquistas europeus para as guerras de independência e o papel dos grupos de imigrantes cubanos nos EUA, que permitiram a Martí tanto organizar como desencadear a insurreição liderada pelo Partido Revolucionário e o Exército de Libertação, são lembrados por Benedict Anderson em sua obra *Under three flags, anarchism and the anti-colonial imagination*. Para Anderson,³¹ estaria surgindo, no final do século XIX, algo inimaginável pouco antes:

Natives of the last remnants of the fabled Spanish global empire, Cubans (as well as Puerto Ricans and Dominicans) and Filipinos not only read about each other, but had crucial personal connections and, up to a point, coordinated their actions – the first time in world history that such transglobal coordination became possible.³²

A premissa de que as nações nas Américas emergem tanto do intercâmbio continental quanto das relações com a Europa, jamais possuindo dimensão essencialmente doméstica, também é observada por Craig Calhoun, para quem o nacionalismo é uma “formação discursiva” que confere sentido ao mundo moderno.³³

Conclusões

Os discursos políticos contraditórios e tensos dos *Libertadores* revelam que os processos de construção das nacionalidades na América Latina não teriam caminho fácil, traçado a priori. O discurso da liberdade e igualdade já animava as guerras anticoloniais numa época em que esses conceitos ganhavam conteúdo e forma no Velho Mundo. Bolívar e Martí

sonharam com uma América que fosse ponto de “equilíbrio do universo”, no exato momento em que a história passava a ser menos europeia do que mundial.

Apesar das dificuldades, nas Américas, a formação de Estados nacionais constitui um experimento original com suas populações multiétnicas, os constantes e diversificados fluxos migratórios, os idiomas assemelhados ao do colonizador europeu, os aldeamentos dos povos indígenas por missões religiosas, os intercâmbios administrativos entre os vice-reinados, o impedimento de ascensão social e discriminação da elite crioula pela elite do reino, a circulação de jornais de notícias (sobre comércio, eventos sociais e atos políticos) e romances com caráter e alcance provinciais, a menor intensidade das disputas territoriais entre vizinhos e, principalmente, as idealizações nacionalistas em coletividades escravocratas.

Ao longo do século XIX, quando a ideia de nação ainda não estava inequivocamente estabelecida, ocorrem profundas transformações nos fundamentos do poder político, se desenham instituições e ensaiam práticas inovadoras no intuito de criar, sustentar e legitimar novas comunidades nacionais. Mesmo hoje, o Continente é um celeiro de experiências silenciadas, em grande parte, pelo renitente eurocentrismo que predomina nas análises da emergência e afirmação dos Estados-nação.

O estudo do pensamento dos *Libertadores* nos permite identificar um dos traços marcantes da nação: os vínculos estreitos, profundos, indissolúveis, entre o discurso nacionalista e a internacionalidade.

NOTAS

* Doutora e professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), coordenadora da rede de pesquisa Observatório das Nacionalidades e editora da revista *Tensões Mundiais*. E-mail: maricotam.martins@gmail.com

** Professor da Universidade Federal Fluminense, Coordenador do Observatório das Nacionalidades e Editor de "Tensões Mundiais". Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). E-mail: mdomingosneto@yahoo.com.br

¹ PINHEIRO, Paulo César. letra da música de LOBO, Edu *Vento Bravo*. Disco *Missa Breve*, 1973.

² ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

³ Este quadro tende a mudar com o desenvolvimento de estudos que repelem a conceituação vulgar da nação e da nacionalidade. Citamos, como exemplificação, além do já mencionado livro de ANDERSON, *Op.cit.*, 2008; VERNIK, Esteban (org.). *Que és uma nación, la pregunta de Renan revisitada*. Buenos Aires. Prometeo Libros, 2004; PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo. A formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2008; PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas*. Volumes 1 a 5. São Paulo. Paz e Terra, 2007.

⁴ Integram o Observatório das Nacionalidades pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e países dedicados ao estudo das relações entre Estados e sociedades, processos multilaterais, fenômenos culturais e estratégias de defesa. Sua produção é publicada semestralmente na revista do grupo. *Tensões Mundiais* (www.tensoesmundiais.net).

⁵ Acerca da percepção teórica do Observatório das Nacionalidades consultar: Significados do Nacionalismo e do Internacionalismo. In: *Tensões Mundiais*. Vol. 2, n. 1, 2006, pp. 80-138.

⁶ ANDERSON, Benedict. Um inquieto observador de estrelas. Entrevista publicada em *Tensões Mundiais*. vol.1, n.1, 2005, pp 9-15J.

⁷ Ver GRINDLE JR, Donald A.; JOHANSEN, Bruce E. *Exemplar of liberty: Native Americans and the evolution of democracy*. Los Angeles. American Studies Center, UCLA, 1991; GRINDLE JR, Donald A. Iroquois political theory and the roots of American democracy In Lyons et al. eds. In: *Exiled in the land of the free: democracy, Indian nations and the US Constitution*. Santa Fe. Clear Light Publishers, 1992.

⁸ Os textos escolhidos são *Cartas da Jamaica* (1815) e *Discurso de Angostura* (1819) de BOLÍVAR, Simón. *Escritos Políticos*. 7ª edição. Madrid. Alianza Editoria, 1990; MARTÍ, José. *Nuestra America* (1891). In: *Obras completas*. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1975; _____. *Manifesto de Montecristi* (1895). In: *Obras completas*. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

⁹ A pessoa mencionada por Bolívar é Maxwell Hyslop, agente comercial na Jamaica.

¹⁰ BOLÍVAR, *Cartas da Jamaica*. *Op. Cit.*, 1990, cap. II.

-
- ¹¹ MARTÍ, José. *Nuestra América*. 3ª edição. Caracas. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005, p. 8.
- ¹² *Idem*, p. 36.
- ¹³ BOLÍVAR, *Discurso de Angostura*. *Op. Cit.*, 1990, cap. III.
- ¹⁴ Na Venezuela, a abolição dos escravos só se efetiva em 1854, antecedendo em nove anos a Emancipação nos EUA e em 34 anos a Lei Áurea no Brasil.
- ¹⁵ Ver a introdução de Graciela Soriano à obra de BOLÍVAR, Simón. *Escritos Políticos*. Campinas. Editora da Unicamp, 1992.
- ¹⁶ BOLÍVAR, *Cartas da Jamaica*. *Op. Cit.*, 1990, cap. II.
- ¹⁷ ANDERSON, *Op. Cit.*, 2008.
- ¹⁸ *Idem*.
- ¹⁹ BOLÍVAR, *Discurso de Angostura*. *Op. Cit.*, 1990, cap. III
- ²⁰ *Idem*.
- ²¹ *Idem*.
- ²² MARTÍ, *Op. Cit.*, 2005, p. 32.
- ²³ MARTÍ, *Op. Cit.*, 2005, p. 33.
- ²⁴ MARTÍ, *Manifiesto de Montecristi*. *Op. Cit.*, 1975.
- ²⁵ MARTÍ, *Op. Cit.*, 2005.
- ²⁶ BOLÍVAR, *Discurso de Angostura*. *Op. Cit.*, 1990, cap. III
- ²⁷ *Idem*.
- ²⁸ *Idem*.
- ²⁹ BOLÍVAR, *Cartas da Jamaica*. *Op. Cit.*, 1990, cap. II.
- ³⁰ MARTÍ, *Op. Cit.*, 2005.
- ³¹ ANDERSON, *Op. Cit.*, 2005, p. 2.
- ³² ANDERSON, Benedict. *Under three flags, anarchism and the anti-colonial imagination*. Londres. Verso, 2005.
- ³³ CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: DOYLE, D. H.; PAMPLONA, M. A.. (org.) *Nacionalismo no mundo*. Rio de Janeiro. Record, 2008.

Data de envio: 21/06/2013

Data de aceite: 27/07/2013